

As dinâmicas afetivas e a polarização política brasileira



» JAIRO PIMENTEL JR.
Doutor em ciência política pela USP e professor do Laboratório de Opinião Pública e Mídias Digitais da Fundação Escola de Sociologia e Política de SP

A política brasileira atual costuma ser explicada por uma palavra inevitável: polarização. A expressão ajuda a descrever parte do nosso contexto, mas também pode esconder mais do que revela. Quando se fala em polarização afetiva, a imagem que se forma é a de uma sociedade dividida em dois blocos equivalentes, movidos por paixões opostas e estáveis. O Brasil, porém, parece viver algo mais complexo. Não apenas se polarizou. Também se tornou mais negativo em sua relação com a política.

Essa diferença importa. Polarização afetiva significa gostar de um campo político e rejeitar intensamente o outro. Mas nem toda negatividade se converte em adesão. Há eleitores que rejeitam Lula sem necessariamente gostarem de Bolsonaro. Há eleitores que rejeitam Bolsonaro sem demonstrar entusiasmo por Lula. E há os que olham para os dois campos com frieza, distância ou desconfiança.

A comparação entre dois levantamentos da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) ajuda a enxergar essa mudança. Em 2006, uma pesquisa com 2.400 entrevistas mediu sentimentos em relação a Lula, então presidente, e Geraldo Alckmin, principal nome da oposição. Em maio de 2026, outro levantamento, com 1.500 entrevistas, repetiu a lógica,

agora tendo Lula e Bolsonaro como referências dos campos nacionais. Nos dois casos, foram considerados sentimentos positivos, como entusiasmo, esperança e orgulho; e negativos, como raiva, medo e decepção.

O resultado confirma o avanço da polarização, mas aponta para algo além dela. A parcela de eleitores que combina adesão positiva a um campo com rejeição ao adversário passou de 19% para 31%. É um crescimento expressivo. Ainda assim, significa que 69% dos eleitores não se enquadram na polarização afetiva estrita. Isso, porém, não quer dizer que exista uma avenida livre, da mesma dimensão, para uma terceira via. A ausência de polarização pode significar indiferença, desalento, rejeição seletiva ou afastamento da política.

O dado mais revelador talvez esteja em outro lugar. O grupo dos que rejeitam um lado sem aderir positivamente ao outro passou de 6% para 19%. A política, portanto, não se tornou apenas mais polarizada; tornou-se mais movida por recusas. Cresceu o eleitor que se define menos pelo entusiasmo com um projeto e mais pela rejeição a uma alternativa. A negatividade passou a organizar a percepção política mesmo sem identificação forte com o campo oposto.

No sentido inverso, diminuiu a adesão positiva sem rejeição. Em 2006, 32% dos entrevistados gostavam de um campo político sem necessariamente rejeitar o outro. Em 2026, esse grupo caiu para 16%. Tornou-se menos comum preferir sem hostilizar. Também diminuiu a ambivalência, isto é, a presença de sentimentos mistos ou pouco definidos, de 29% para 10%. A política ficou menos cinzenta e menos aberta a zonas intermediárias de afeto.

A indiferença também cresceu: foi de 12%

para 19%. A dupla rejeição aumentou de 2% para 5%, permanecendo minoritária, mas simbolicamente relevante. Esses dados mostram que a sociedade brasileira não está apenas dividida entre militantes de campos opostos. Ela também é composta por eleitores reativos, frios, desconfiados ou pouco mobilizados.

A mudança mais importante das últimas duas décadas talvez esteja justamente aí: tornou-se menos comum gostar de um campo sem rejeitar o outro; e tornou-se mais comum rejeitar um campo sem aderir plenamente ao adversário. A política brasileira ficou menos ambígua, mas não necessariamente mais programática. Ficou mais negativa.

Essa negativização afetiva tem consequências para a democracia. A emoção na política não é um problema em si. Democracias precisam de esperança, pertencimento e identificação coletiva. O risco surge quando a emoção predominante deixa de ser a adesão a um projeto comum e passa a ser a hostilidade ao outro. Quando isso acontece, a política se aproxima de uma dinâmica permanente de veto, medo e ressentimento.

Por isso, compreender o Brasil atual exige ir além da imagem de dois blocos simétricos em confronto. A política brasileira é estruturada por campos dominantes, mas ao redor deles há segmentos afetivos distintos: engajados, reativos, indiferentes, ambivalentes e os que rejeitam todos os lados. O país não vive apenas uma polarização entre paixões opostas. Vive também uma expansão da política como experiência negativa.

O Brasil não apenas se polarizou. Ele se negativizou afetivamente. E talvez seja esse o traço mais importante para entender os impasses democráticos dos próximos anos.

Caio Gomez/CB/D.A Press



O sonho que virou Distrito: a história do Parque Tecnológico de Brasília



» RICARDO DE FIGUEIREDO CALDAS
Vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) e ex-presidente do Sindicato das Indústrias de Informação (Sinfor)

Há sonhos que demoram décadas para se tornar realidade. Este é um deles — e vale a pena contá-lo desde o começo.

Corria o ano de 2001 quando, na festa de inauguração da Wise Telecomunicações, no Setor Industrial Bernardo Sayão, um diálogo simples entre dois dirigentes do Sindicato das Indústrias de Informação (Sinfor) plantou a semente do que viria a ser o Parque Tecnológico de Brasília. Eu era o primeiro vice-presidente da entidade. Antônio Fábio Ribeiro, recém-empossado presidente, havia acabado de proferir um discurso vibrante sobre o papel estratégico das empresas de TI para o Distrito Federal. Ao final do evento, ele me fez uma pergunta direta: qual seria a principal realização da gestão que se iniciava?

Minha resposta foi imediata: o setor precisava de uma área dedicada exclusivamente à tecnologia da informação. O Polo Bernardo Sayão nascera com esse propósito, mas havia se descaracterizado. Antônio Fábio respondeu com a objetividade que lhe era peculiar: “Faremos uma pesquisa com os nossos associados para medir essa

necessidade.” Em parceria com o Sebrae-DF, o levantamento foi realizado. A resposta do empresário foi inequívoca: havia demanda real por um espaço próprio para o setor. Nascia o embrião do Parque Tecnológico Capital Digital.

Com agilidade, Antônio Fábio organizou um grande evento na residência oficial de Águas Claras, na gestão Roriz. Mais de 400 pessoas reunidas para conhecer a ideia e assinar um protocolo de intenções para a chamada Cidade Digital. A partir daí, seguiram-se discussões, planejamento e a escolha do terreno. A Terracap apresentou três opções. Minha preferência recaía sobre a área ao lado do ParkShopping — infraestrutura consolidada, localização privilegiada. Mas Antônio Fábio enxergou mais longe: aquela área era pequena demais. A região próxima à Granja do Torto tinha o porte adequado para a dimensão do projeto. A diretoria do Sinfor o acompanhou.

Definido o terreno, o desafio seguinte era jurídico: a área pertencia à União e precisava ser transferida ao GDF. Foram necessárias articulações no Congresso Nacional, legislações específicas e, antes disso, a delimitação formal da poligonal do Parque Nacional — processo lento e cheio de controvérsias. Mas o resultado surpreendeu: ao delimitar o Parque Nacional, Brasília ganhou dois presentes de uma vez — um dos maiores parques urbanos do mundo, devidamente protegido, e um terreno triangular doado à Terracap para abrigar o futuro polo tecnológico. Costumamos dizer que aquela área pertence à sociedade brasiliense, e

que a Terracap é sua fiel depositária.

Nos anos seguintes, vieram avanços importantes. Na gestão Arruda, o parque figurava entre os 20 projetos estruturantes do governo. Trabalhamos intensamente para que o Banco do Brasil instalasse em Brasília o espelhamento de seu datacenter — exigência das regras de Basileia que outras cidades também disputavam. Vencemos. O datacenter do Banco do Brasil e o da Caixa Econômica Federal foram construídos no parque e operam até hoje, como âncoras do projeto. No governo Agnelo, sob a liderança de Jeovani Salomão, o esforço do Sinfor se concentrou na licitação da área para dar início efetivo às obras. A expectativa era grande — mas a licitação fracassou.

Em 2015, assumi a presidência do Sinfor por dois mandatos. Foram anos de avanços e percalços: o projeto sofreu uma descaracterização na gestão Rollemberg, quando foi renomeado Biotic e incorporou a biotecnologia ao escopo. Foi sob o governo Ibaneis que o projeto voltou a ganhar tração real, com a criação do fundo imobiliário e o início das negociações para o Distrito de TI. Com a gestora Integral Brei e sob a presidência de Carlos Jacobi no Sinfor, chegamos ao marco que muitos imaginavam que não veríamos: o nascimento do Distrito de Tecnologia e Inovação Antônio Fábio Ribeiro.

O nome é uma homenagem mais do que justa. Foi ele quem, numa manhã de 2001, reuniu 400 pessoas em torno de um sonho. Brasília levou mais de duas décadas para realizá-lo — mas realizou. E que venham as próximas.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Brasil no radar de Washington

Declarações recentes do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recolocaram o Brasil no centro de uma discussão geopolítica que ultrapassa as fronteiras da diplomacia tradicional. Ao afirmar que o país se tornou “politicamente perigoso” e classificar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma liderança “volátil”, Trump sinalizou que a maior potência do planeta acompanha com atenção redobrada os acontecimentos políticos brasileiros às vésperas das eleições presidenciais de outubro. Quando um presidente americano passa a comentar de forma recorrente a situação interna de outra nação, sobretudo de uma economia do porte brasileiro, é porque interesses estratégicos estão em jogo. O Brasil continua sendo a maior economia da América Latina, tem uma das maiores reservas de recursos naturais do planeta, exerce influência regional significativa e ocupa posição importante nos debates internacionais sobre energia, comércio, agricultura e segurança.

Declarações feitas durante a reunião do G7 revelaram uma preocupação explícita de Trump com o ambiente político brasileiro. Em entrevistas concedidas à imprensa internacional, o presidente americano afirmou que o Brasil atravessa um momento de turbulência política e demonstrou desconforto com acontecimentos ligados ao processo eleitoral e à atuação das instituições nacionais. A reação do governo brasileiro veio de forma imediata. Lula respondeu que as eleições brasileiras constituem assunto exclusivo do Brasil e advertiu que nenhum país estrangeiro deve interferir no processo político nacional. A resposta presidencial procurou reafirmar o princípio da soberania, fundamento básico das relações internacionais modernas.

Por trás da troca de declarações, existe uma realidade mais ampla. A América Latina passa por um processo acelerado de transformação política. Nos últimos anos, diversos países experimentaram mudanças de orientação ideológica, alternando governos de esquerda, centro e direita. A recente eleição presidencial na Colômbia, marcada pela vitória de um candidato identificado com posições conservadoras e alinhadas ao discurso de segurança pública, foi interpretada por diversos analistas como parte desse movimento regional. Nesse contexto, Washington observa atentamente os rumos do Brasil. Não apenas por sua dimensão econômica, mas porque qualquer alteração significativa na direção política brasileira produz reflexos em toda a América do Sul. Questões relacionadas ao comércio internacional, à aproximação com a China, à participação nos Brics, à política ambiental e ao combate ao crime organizado aparecem entre os temas que despertam interesse permanente dos formuladores da política externa americana. Outro elemento importante diz respeito à segurança pública. O debate sobre organizações criminosas brasileiras ganhou dimensão internacional nos últimos meses. A discussão sobre o enquadramento de facções criminosas como organizações terroristas, defendida por setores políticos próximos a Trump, ampliou a convergência entre temas domésticos brasileiros e interesses estratégicos norte-americanos.

Presidentes americanos tradicionalmente evitam comentários frequentes sobre disputas eleitorais em nações amigas. Quando isso ocorre, o gesto costuma ser interpretado como um sinal político deliberado. Também não se pode ignorar o ambiente interno brasileiro. Polarização política, disputas judiciais, conflitos institucionais, casos escabrosos de corrupção, dificuldades econômicas e debates sobre liberdade de expressão tornaram-se temas recorrentes da cobertura internacional. Agências globais de notícias têm destacado a crescente tensão entre diferentes correntes políticas e o grau de radicalização presente em parte do debate público nacional. Para os Estados Unidos, existe ainda um fator adicional. O Brasil representa um parceiro comercial relevante e uma potência agrícola estratégica. Em um cenário global marcado pela competição crescente entre Washington e Pequim, a posição adotada por Brasília tem peso muito superior ao de outras nações da região.

Nenhuma administração americana, seja democrata, seja republicana, tende a permanecer indiferente ao futuro político brasileiro. Eleições nacionais sempre despertam expectativas. A troca de declarações entre Lula e Trump demonstra que o pleito brasileiro deixou de ser observado apenas por jornalistas, investidores e diplomatas. Agora ele integra, de forma explícita, o cálculo estratégico das grandes potências. Ao eleitor brasileiro cabe distinguir fatos de narrativas, interesses nacionais de interesses externos e debates legítimos de disputas geopolíticas mais amplas. Independentemente das preferências políticas de cada cidadão, permanece um princípio fundamental: a estabilidade democrática depende da confiança nas instituições e da capacidade de resolver divergências por meio do voto. Nesse aspecto, o desafio que se aproxima não pertence apenas ao governo, à oposição ou aos observadores internacionais, pertence ao próprio Brasil. As eleições de outubro serão acompanhadas atentamente dentro e fora do país. O modo como transcorrerão poderá influenciar não apenas os próximos quatro anos da política nacional, mas também o lugar que o Brasil ocupará no cenário internacional durante a próxima década.

A frase que foi pronunciada:

“Os políticos matreiros são os gatos da humanidade. Dão toda a sorte de pulos e sabem muito bem essa história de cair de pé.”

Monteiro Lobato

História de Brasília

O Gavião não é supermercado. Está funcionando como bodega e não no sistema de livre escolha. E mais: apenas uma pequena parte está funcionando. Isso quer dizer: não melhorou nada. (Publicada em 22/5/1962)